

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

CARNEIRO, Rui. *Rui Carneiro (depoimento, 1977)*. Rio de
Janeiro, CPDOC.

RUI CARNEIRO
(depoimento, 1977)

Rio de Janeiro
1977

FICHA TÉCNICA

Entrevistadores: Lucia Hippolito

Eduardo de Vasconcelos Raposo

Texto: Lucia Hippolito

Índice onomástico: Mário Grysnsan

Local: Brasília (DF)

Data: março de 1977

SUMÁRIO

1ª Entrevista: origens; filiação; os irmãos; primeiros estudos; o *Correio da Manhã*; o desejo de ser militar e médico; a atividade de estudante e de repórter; o lançamento da candidatura de Antônio Carlos e Getúlio Vargas; ajudante-de-ordens de Juarez Távora e Juraci Magalhães; o gosto pela política; a família na política; oficial-de- -gabinete de José Américo e de João Marques dos Reis; suplente do dr. Isidro Gomes; o golpe de 1937; interventor na Paraíba; a administração de João Pessoa; as relações com João Dantas; Juarez Távora e Juraci Magalhães; o acidente aéreo de 1932; a ida para o Rio Janeiro; Alice de Almeida Carneiro, o grande incentivo na vida pública; a ida para o Banco do Brasil após a interventoria; o relacionamento conseguido como oficial-de-gabinete de José Américo; as relações com Getúlio Vargas; o governo da Paraíba; o problema da seca; o ministro José Américo e as obras contra as secas; João Pessoa-Cabedelo, a primeira estrada pavimentada da Paraíba; a reforma do ensino; o manicômio judiciário; a Maternidade Cândida Vargas; o hospital para crianças tuberculosas; a Penitenciária de Mangabeira; o Lactário Cruz das Almas; o Centro de Reabilitação Social da Mulher; o Asilo Carneiro da Cunha; a substituição dos prefeitos que colaboravam com o ex-interventor Argemiro Figueiredo; o secretariado e os colaboradores; a seca de 1942; a atual crise econômica (1977); a amizade pessoal com o presidente Geisel; a fundação do PSD na Paraíba; a capital, o forte do PSD; a campanha de Dutra na Paraíba 1 a 24

2ª Entrevista: a demissão de Argemiro Figueiredo; Getúlio Vargas convida Rui Carneiro para a interventoria; a lista dos dez nomes; a posse no dia 15 de agosto; a desincompatibilização; a indicação para o Senado; a concorrência política com José Américo; a direção do Banco Lar Brasileiro; a presidência do diretório estadual do PSD; a Coligação Democrática Paraibana; Rui Carneiro e o convite para José Américo voltar ao Ministério da Viação; a eleição de Jânio Quadros; o general Lott; as relações entre Executivo e Legislativo no governo Jânio Quadros; a comissão de obras contra a seca; Abelardo Jurema e Antônio Pereira Diniz suplentes de Rui Carneiro no Senado; a renúncia de Jânio Quadros; a nomeação para membro de delegação brasileira junto à ONU; a saída de José Américo da UDN; a Arena e o MDB; a amizade com o presidente Geisel; o fechamento do Congresso em 1968; a crise brasileira atual (1977); a classe política como solução; os técnicos; o político 24 a 39

1ª Entrevista: 07/03/1977

E.R. – Senador, nós gostaríamos de começar, falando sobre sua família, seus pais. Onde o senhor nasceu?

R.C. - Nasci na cidade de Pombal, estado da Paraíba. Meu pai era um advogado, e como a região era - e é - pobre, ele era também agricultor e pecuarista.

L.H. - Seu pai tinha engenho?

R.C. - Não; era pequeno agricultor e pequeno pecuarista, porque, repito, a zona era pobre. Ele era pobre e tinha 12 filhos. Minha mãe chamava-se Maria Carvalho Carneiro.

L.H. - E seu pai?

R.C. - João Vieira Carneiro. Era um homem que tinha horror a cangaceiro, horror à violência, e achava que os filhos deveriam fazer um esforço tremendo para possuir cultura, para estudar. Pobre como ele era, nos mandou estudar. Meu irmão Jaime, o mais velho, foi estudar na capital. Minhas irmãs foram estudar no Ceará. Hoje há a rede de Viação Cearense ligando os dois estados; naquela época, a viagem era um pouco penosa. Meu irmão Janduhy foi estudar na Bahia e, de lá, foi para o Rio; formou-se em medicina e foi assistente de psiquiatria do prof. Henrique Roxo. Eu fiquei na Paraíba; estudei no Liceu Paraibano e fui trabalhar num jornal, o *Correio da Manhã* que, naquela época, era dirigido por uma equipe de intelectuais, inclusive o saudoso dr. João da Mata Correia Lima, uma das maiores expressões da Paraíba.

E.R. - Ele era advogado, não?

R.C.- Exato; um grande advogado. Além dele, havia ainda o jornalista e poeta Aderbal Piragibe, Arsênio Lins, o jornalista e tribuno Genésio Gambarra.

O *Correio da Manhã* foi adquirido por meu pai para Rafael Correia de Oliveira, que depois foi deputado federal. Casou-se com minha irmã Dulce. Eu era repórter do jornal, trabalhei muito tempo nessas condições. Depois, Rafael Correia de Oliveira deixou a direção do jornal e foi para o Acre, como secretário do governador Cunha Vasconcelos. Aí, eu fiquei numa posição muito difícil, porque passei a dirigir o jornal.

E.R. - Quando foi isso?

R.C. - Por volta de 1928, 1929.

L.H. - Eu queria voltar um pouco aos seus estudos no Liceu Paraibano. O senhor se formou em humanidades e, mais tarde, foi fazer o curso de Direito. O senhor já tinha idéia de estudar Direito ou o curso de humanidades era um curso geral?

R.C. - Não; eu desejava ser militar, mas não pude, porque não encontrei apoio no Rio de Janeiro, para ir estudar lá; meu pai era pobre e tinha dificuldades. Depois eu quis ser médico, mas meu pai achou que eu era um sentimental, um romântico; não daria um bom médico, pois morreria com o doente. Então, mandou que meu irmão Janduhy, que era um jovem muito aplicado, fosse estudar em Fortaleza. Lá moravam meus tios, o dr. Daniel Carneiro - foi procurador fiscal do Estado e da Fazenda Federal - e Enéas Carneiro, que depois o substituiu. O dr. Daniel Carneiro foi o primeiro membro da família que se formou em Direito, no Recife.

Meu avô era de Catolé do Rocha, na Paraíba - chamava-se José Vieira Carneiro, e minha avó, Maria Alexandrina Carneiro -; tinha 20 filhos. Assim, o primeiro que saiu, conseguiu formar-se em Direito, com grande dificuldade. Mais tarde, foi ser juiz em Sena Madureira, no Acre.

Meu irmão foi comigo para João Pessoa; estudamos no Liceu Paraibano, onde terminamos o curso de humanidades. Ele foi estudar medicina na Bahia e eu, Direito, no Recife. Naquela época, podia-se fazer exames em 2ª época; passávamos o ano todo estudando em João Pessoa e, no fim do ano, íamos fazer o exame em Recife.

L.H. - O senhor pôde, então, coordenar a atividade de estudante com a de repórter?

R.C. - Sim; pela necessidade e pela pobreza imensas que caíam sobre mim. Nunca tive nenhum emprego público, nada disso. Tornei-me muito estimado pelo comércio, pelos pequenos industriais de João Pessoa e pela população, por causa da conduta e da orientação do nosso jornal; nós éramos muito estimados pela massa. Defendíamos os interesses, pleiteávamos do governo e acolhíamos e defendíamos qualquer causa de interesse do povo.

L.H. - Era um jornal que tinha mais preocupação com a situação local?

R.C. - Local e popular. Quando veio a luta da Aliança Liberal, que culminou com a Revolução de 1930, nosso jornal lançou a candidatura do presidente Antonio Carlos, de Minas Gerais. Depois, ele nos mandou uma carta, dizendo para nós lançarmos o nome de Getúlio Vargas, em vez do nome dele. E foi feito isso, com muita felicidade, porque

o presidente João Pessoa, da Paraíba – naquela época não era governador, era presidente – foi seu companheiro de chapa.

Veio a luta da Aliança Liberal e eu, como um jovem jornalista - aí eu já estava formado em Direito – entrei na luta política e depois, na Revolução. Fui ajudante-de-ordens de Juarez Távora, fui ajudante-de-ordens de Juraci Magalhães e, depois de vitoriosa a Revolução, nossas forças vieram para o Rio de Janeiro, e eu voltei para a Paraíba; continuei a trabalhar no meu jornal.

E.R. - Senador, uma pergunta. Esse seu gosto pela política é de família?

R.C. - Sim; era tradicional. A família Carneiro...

E.R. - Qual foi a atuação política de seu pai?

R.C. - Ele era correligionário do ex-senador João Coelho Lisboa e também apoiava o dr. Antonio Simeão dos Santos Leal, que era meu padrinho. Depois, nas lutas políticas do estado, meu pai mandou consultar Coelho Lisboa, que se afastou (não foi mais reeleito). Meu pai pediu permissão para apoiar Epiácio e Coelho Lisboa aceitou; assim, ele ficou epitacista, na política. Minha família é modesta e pobre, mas genuinamente política.

Meu tio, que morava em Princesa Isabel, era Vicente Vieira Carneiro, pai do genial ministro Alcides Carneiro, do Superior Tribunal Militar, que morreu o ano passado.

E.R. - Era genro de José Américo, não?

R.C. - Sim. Meu irmão, o deputado e médico Janduhy Carneiro, entrou para a política e foi prefeito de Pombal, depois da Revolução de 1930. Eu fui oficial-de-gabinete do ministro José Américo e depois oficial-de-gabinete do ministro João Marques dos Reis, ambos ministros da Viação e Obras Públicas. Depois, fui eleito deputado federal pela Paraíba. Não fui para lá lutar, e fiquei na suplência. Mas o candidato vitorioso, Dr. Isidoro Gomes, era do meu partido e não quis ir para o Rio de Janeiro. Eu assumi o lugar de deputado federal.

Então, em 1937, houve o golpe de estado...

E.R. - Em 1937, quando se instaurou o Estado Novo, o senhor era deputado?

R.C. - Sim

E.R. - Como o senhor recebeu o golpe de estado?

R.C. - Como toda criatura que recebe um golpe, com grande amargura, porque era muito pobre, não tinha emprego, não tinha uma situação definida.

Mas, logo em seguida, o dr. João Marques dos Reis, nomeado presidente do Banco do Brasil, me convidou para ser seu secretário. De lá, o presidente Getúlio Vargas me convidou para a interventoria da Paraíba, em 1940. Expliquei para ele as dificuldades que teria, porque nunca tinha exercido um cargo de administração, mas ele argumentou que eu tinha sido deputado federal. Eu disse: “Mas não é um cargo de administração, e os paraibanos são muito exigentes, sobretudo depois da administração do saudoso presidente João Pessoa”.

L.H. - Sobre isso, eu gostaria de perguntar ao senhor como viu - já que era jornalista, na época - a administração de João Pessoa?

R.C. - Admirável administração. Ele morava no Rio de Janeiro, era ministro do STM. Bastante arejado, foi para a capital e, naturalmente, começou a introduzir novas normas. Infelizmente, foi rápido, porque veio logo a campanha da Aliança Liberal e, no curso da campanha, ele foi assassinado, em Recife, por um advogado, João Dantas. Este é um episódio sobre o qual eu prefiro não me aprofundar. Lamentei a morte do presidente. Eu me dava pessoalmente com João Dantas, porque ele era muito ligado a João da Mata, que era uma figura excepcional - morreu num acidente de automóvel, viajando de Recife, depois de fazer uma bela conferência sobre a Aliança Liberal, na qual ele estava engajado. João Dantas era contra a Aliança Liberal. Eles eram companheiros de escritório de advocacia e amigos.

Então, houve esse episódio, e eu me engajei totalmente na campanha da Aliança Liberal e na Revolução.

L.H. - Como foi seu contato com Juarez Távora e com Juraci Magalhães?

R.C. - Ótimo. Eu me dava com eles. Com Juraci, muito, com Juarez não, porque ele vivia refugiado em lugares a que ninguém tinha acesso, embora eu fosse jornalista e estivesse dentro da Revolução, dentro da campanha da Aliança Liberal. Havia elementos que tinham contato com ele, mas agiam com a maior cautela para evitar que sua presença na Paraíba fosse descoberta.

Iniciada a Revolução no dia 3 de outubro, eu tomei parte, e Juarez me convidou para ser seu ajudante-de-ordens, junto com um outro amigo, que morreu no ano

passado, Mirocem Navarro, irmão de Antenor Navarro, que foi uma das mais expressivas figuras da Paraíba, era mola-mestra da conspiração e da luta revolucionária. Tomou parte, chefiou o comando do assalto do quartel. Lamentavelmente, morreu estupidamente, num desastre de aviação, em 1932, num avião da Marinha, que caiu na Bahia.

L.H. - Neste mesmo avião viajava o ministro José Américo.

R.C. - É; este escapou milagrosamente, junto com o jornalista Nelson Gustavo, que trabalhava no gabinete dele. Morreram o inspetor de obras contra as secas; Lima Campos, que era uma bela figura, e Antenor. Foi uma perda dolorosíssima para a Paraíba e para o Brasil.

E.R. - O senhor participou de algumas campanhas eleitorais, antes de 1930, não?

R.C. - Sim; porque, como estudante, eu tomava parte nas campanhas contra o governo; era da oposição. Depois que nós adotamos a Aliança Liberal, engajei-me na batalha...

E.R. - O senhor viu muita diferença entre as campanhas eleitorais, antes de 1930 e depois de 1930, com a instituição do voto secreto, por exemplo?

R.C. - Não tomei parte nas anteriores, porque ainda era muito jovem. Atuação mesmo, 100%, eu vim ter após a Revolução de 1930.

L.H. - Após o movimento de 1930, terminada a Revolução, o senhor voltou para o jornal?

R.C. - Sim; até março de 1931. Precisamente no dia 7 de março cheguei no Rio de Janeiro, convidado pelo ministro José Américo, para ser seu oficial-de-gabinete.

L.H. - Como o senhor via esse primeiro ano da nova República? Estava tudo ainda muito agitado ou as coisas já estavam começando a entrar nos lugares?

R.C. - Para a minha área, que era apenas a de um modesto oficial-de-gabinete, eu não podia sentir, naturalmente, o movimento da alta cúpula política do país. Apenas acompanhava, pelo fato de ter trabalhado em jornal.

Quero, porém, fazer aqui uma referência especial. Eu fiz o exame vestibular na Faculdade de Direito do Recife e, na vida boêmia da imprensa, não quis continuar a estudar. Depois que me casei, minha mulher, Alice de Almeida Carneiro - que faleceu agora, no dia 4 de novembro de 1976 - me incentivou, e foi o grande incentivo em toda a minha vida pública. Ela foi, na realidade, a grande orientadora, o meu estímulo; tudo era ela. Devo a ela todo o êxito de minha vida pública e privada.

L. H. - Isso é muito importante, não é?

R.C. - É; faço questão de citar, porque ela era muito política, muito humana. Durante o meu governo, ela trabalhou como presidente da Legião Brasileira de Assistência, tendo uma atuação extraordinária. Nós não tínhamos filhos, e ela dirigia, com 100% de corpo e alma, a proteção à criança pobre de João Pessoa.

L.H. - Dedicou-se muito...

R.C. - Profundamente, de corpo e alma. Dedicou-se extraordinariamente à merenda escolar, criada por ela. Mandou construir cozinhas nos grupos escolares, e as crianças pobres da Paraíba – o pesquisador Raposo, que está aqui me ouvido, é descendente de família paraibana e sabe - teriam de ir para a rua, de dia, vender biscoitos e doces, porque não tinham condições de ir para a escola. Com a criação da merenda escolar, as escolas passaram a ter uma frequência extraordinária. Quero fazer justiça à memória dela.

E.R. - Essa atuação de sua mulher ocorreu durante sua interventoria?

R.C. - Durante e depois da interventoria. Ela continuou sua obra porque, depois da interventoria, eu voltei para o Banco do Brasil; continuei como secretário do presidente do Banco. Fui nomeado advogado, e depois fui dirigir a Organização Henrique Lage, onde passei dois anos. Como secretário do presidente do Banco do Brasil, fui requisitado por Gastão Vidigal, que era ministro da Fazenda do governo Dutra, para dirigir a Organização Henrique Lage. Lá deixei, sem falsa modéstia, um bom nome, porque não coloquei uma pessoa; consegui o maior *record* de vendas de passagens, porque nunca dei uma passagem de graça a ninguém; as que dei, dei do meu bolso, por minha própria conta. Procurei fazer um esforço muito grande para levantar a companhia, o que era muito difícil, porque ela devia demais ao governo.

Ao final de dois anos, voltei para o Banco do Brasil. Fui nomeado advogado pelo dr. João Marques dos Reis, e só me aposentei em 1975 como advogado letra H, a

última letra. Foi o então presidente Nestor Jost quem me promoveu e eu, então, me aposentei pelo INPS.

L.H. - Quando o senhor foi para o Rio, para ser oficial-de-gabinete do ministro José Américo, já tinha, como jornalista, uma visão um pouco mais aguda do que o comum das pessoas...

R.C. - Perfeito.

L.H. - Como viu a situação do Ministério da Viação, quando chegou?

R.C. - Eu acompanhava toda a administração pública brasileira. Daí a razão por que pude projetar-me, humildemente, com a exata noção da minha posição de oficial-de-gabinete no Ministério, mas fiz um círculo de relações muito grande no Rio de Janeiro, pelo fato de ter iniciado minha vida na imprensa.

L.H. - Isso dá uma percepção diferente às pessoas...

R.C. - Completamente diferente. Por exemplo, o ministro determinava que os oficiais-de-gabinete dessem as audiências públicas, e era eu quem as dava. Ele me distingüia – éramos vários oficiais-de-gabinete - mas eu, por isso mesmo, tinha muitas relações no meio. Batista Luzardo, Osvaldo Aranha, eles me distingüiam, os ministros - o ministro Leite de Castro, que foi ministro da Guerra, me distingüiu muito. Uma dessas coisas que eu próprio não sei explicar. O dr. Luís Simões Lopes, que é hoje presidente da

Fundação Getúlio Vargas, poderá atestar perfeitamente se eu estou ou não dando a verdade, nesse particular, do relacionamento que eu, graças a Deus, consegui.

Mais tarde, como deputado federal, minha situação ficou mais privilegiada, para esse relacionamento na alta cúpula política do Brasil. Eu era um homem profundamente amigo do presidente Getúlio Vargas.

L.H. - Como o senhor travou conhecimento com o presidente Vargas?

R.C. - Eu acompanhava o ministro nos despachos. Em 1932, o ministro José Américo sofreu um acidente de avião na Bahia, onde morreu o saudoso, o grande interventor Antenor Navarro. Eu fiquei sendo a ligação, porque o ministro quebrou uma perna e não podia sair de casa à noite. Além de todo o tempo de despachos do ministro com o presidente, eu é que o acompanhava e levava assuntos que não tinham muita relevância para o ministro; quando não era necessária a presença do ministro, eu é que levava para o presidente, e ele me distingüia. Todos os oficiais-de-gabinete e ajudantes-de-ordens do presidente tinham muito boas relações de amizade comigo. Isso facilitou, naturalmente, meu trânsito dentro do palácio.

Na Revolução de 1932 - os paulistas não hão de me querer mal por isso, eu estava cumprindo um dever - eu, como oficial-de-gabinete do ministro da Viação - os Correios e Telégrafos eram subordinados ao Ministério - levava para o presidente as informações de todos os movimentos das tropas que vinham, não somente da Paraíba, mas de todo o norte.

L.H. - Então, nesse ano de 1932, o senhor ficou muito próximo do presidente Getúlio Vargas, por causa do afastamento temporário do ministro José Américo?

R.C. - Ele não se afastou propriamente, estava doente. Mas eu tive uma atuação muito estreita.

L.H. - Como o senhor via o presidente, nesse ano conturbado de 1932?

R.C. - Sereno e forte; com serenidade absoluta, uma compostura invejável de estadista. Até hoje ainda estão procurando um estadista para substituí-lo.

E.R. - Seu antecessor na interventoria da Paraíba foi Argemiro Figueiredo, não?

R.C. - Sim; um grande advogado, um grande homem público. Foi interventor e governador.

E.R. - E o senhor ocupou a interventoria, a pedido do presidente Getúlio Vargas?

R.C. - Sim; a convite dele.

E.R. - Gostaria de falar um pouco sobre sua administração. Quais foram os problemas objetivos que o senhor encontrou ao ocupar o governo da Paraíba?

R.C. - Encontrei as dificuldades normais de quem governa um estado pobre do Nordeste. Mas fiz tudo o que foi possível, atacando alguns problemas: educação, agricultura - desenvolvimento da agricultura e pecuária -, estradas e assistência social. Esta era dirigida por minha mulher, Alice de Almeida Carneiro, presidente da Legião

Brasileira de Assistência. Ela dava colaboração, porque o primeiro secretário do Interior, dr. José de Borja Peregrino, morreu poucos meses depois de assumir. Estava doente e, lamentavelmente, esse companheiro de saudosa memória desapareceu; foi convidado para substituí-lo o Dr. Samuel Vital Duarte, grande advogado, homem que chegou a ser presidente da Câmara dos Deputados, foi deputado federal, grande jornalista, homem muito brilhante e muito capaz. Ele dirigia a assistência social, com a cooperação que lhe dava minha esposa. A Legião Brasileira de Assistência dava, paralelamente, uma colaboração profunda e sensível a esse problema que era vital para mim, a assistência social, pela minha formação espiritual.

E.R. - E o problema das secas?

R.C. - Terrível. Pegamos a seca de 1942, que foi tenebrosa.

L.H. - Eu gostaria que o senhor nos falasse sobre ela.

R.C. - A seca de 1942 foi tremenda, e o meu querido amigo, o imortal presidente Getúlio Vargas, pouco pôde ajudar-me. Mesmo assim, nós conseguimos atravessá-la. Foi um período pavoroso, porque havia guerra, e a Paraíba não podia exportar seus produtos.

E.R. - Quais eram os produtos da época?

R.C. - Sisal e algodão - caroço e pasta - eram os principais. Pele e couro...

L.H. - Deve ter sido um período muito difícil, porque, à guerra, juntou-se uma seca muito forte, não é?

R.C. - Exato. Os nazistas do Eixo estavam bombardeando os nossos navios, era uma coisa terrivelmente perigosa. A Paraíba perdeu muita gente.

L.H. - Durante o período em que José Américo ficou no Ministério, foi feita alguma obra de proteção contra as secas, especificamente na Paraíba?

R.C. - Sim. Em sua primeira administração, antes de 1937, ele se dedicou de corpo e alma ao Nordeste e aqueles projetos que tinham sido executados no governo do grande presidente Epitácio Pessoa, José Américo aproveitou; daí a razão por que ele conseguiu construir aqueles grandes açudes lá na Paraíba

L.H. - Isso ajudou a combater a seca de 1942?

R.C. - De certa maneira ajudou, porque foi feito antes. Essas grandes barragens não podiam concentrar muita gente. Só havia a barragem de Curema, que já foi construída no período de Marques dos Reis, apoiado pelo presidente Getúlio Vargas. Mas tudo já tinha sido encaminhado pelo ministro José Américo de Almeida.

Agora, sem querer exaltar a minha administração, quero dizer que a primeira estrada pavimentada do Nordeste foi feita no meu governo, com muito sacrifício e muito sofrimento; foi a estrada de João Pessoa ao porto de Cabedelo, para permitir o escoamento dos nossos produtos, que vinham do interior.

L.H. - E o senhor já tinha uma experiência anterior, do Ministério da Viação...

R.C. - Sim, porque tinha sido oficial-de-gabinete. Tive todo o amparo e todo apoio do saudoso dr. Luís Augusto Vieira, que era o inspetor de obras contra as secas, nascido no Estado do Rio de Janeiro, mas que viveu tanto no Ceará, que supunham que ele fosse cearense. Esse homem, essa grande figura da engenharia brasileira, me deu muito apoio. Não deu mais porque não podia, esta é que é a grande verdade.

Agora, levei para a Paraíba o professor Lourenço Filho, de saudosa memória, uma grande figura, que era vice-diretor do INEP. Levei-o para fazer a reforma do ensino. A reforma foi traçada por ele, porque tinha feito em São Paulo e no Ceará. Eu, então, convidei-o e ele compareceu, traçou e fez a reforma.

E.R. - Em que consistia, mais ou menos, essa reforma?

R.C. - A reforma, quem foi executar foi o dr. Pedro Coalheiros Bonfim que, até poucos dias, foi presidente da Legião Brasileira de Assistência. Nascido em Alagoas, um grande jornalista, um homem de grande talento, cultura e caráter. Ele ficou por algum tempo. Depois, como nós estávamos em guerra, o estado tinha dificuldades, era pobre, ele disse: “O que o delegado do professor Lourenço Filho podia fazer aqui, eu já fiz. Agora acho que o estado, pobre como é, tem elementos em condições de continuar a reforma. E esse elemento será – eu sugeriria ao governo - o dr. Abelardo Jurema”. Ele era diretor de Educação do estado e tomou conta da reforma, tocou-a para frente. Este foi um dos pontos altos do meu governo.

Fizemos também o Manicômio Judiciário, que tem o nome de Heitor Carrilho, que era do Rio Grande do Norte. Era diretor do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro e foi a João Pessoa inaugurar o Manicômio.

Construí a Maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa, para servir à criança pobre e à mãe pobre paraibana. Minha querida mulher, Alice de Almeida Carneiro, com esmolas, com um esforço tremendo, construiu um hospital para a criança tuberculosa, com cinco pavilhões, que ainda está lá, o Hospital Arlinda Marques dos Reis. Aí eu arranjei ajuda de amigos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas e da Bahia, amigos prósperos, que deram ajuda para ela, na construção.

Também, nós fizemos a Penitenciária de Mangabeira, uma penitenciária-modelo, onde eram selecionados os presos de melhor comportamento. Um agrônomo da Fazenda Mangabeira, que pertencia ao Estado, pôs os presos para trabalhar, para poder desenvolver a agricultura. Ficou estabelecido no estatuto da penitenciária, que seu diretor só poderia ser um bacharel, e que haveria um professor para lecionar para os presos. Hoje não sei qual é a situação.

Desejei fazer um instituto para artesanato, aproveitando a mão-de-obra – a criança pobre - da Paraíba. Os nordestinos são muito inteligentes, não somente os paraibanos. Todo brasileiro é inteligente, mas eu vou situar o pessoal de lá da minha região. Consegui com o presidente Getúlio Vargas, a Fazenda Simões Lopes, que pertencia ao Ministério da Agricultura. Comecei - e deixei construído - esse edifício para o Instituto Modelo Rural, que seria para artesanato. Eu não sei qual a circunstância hoje; deixei construído, mas não pude inaugurar, porque deixei o governo em 1945 - pedi demissão ao presidente Getúlio Vargas - e transformaram o edifício numa penitenciária.

E.R. - Falando sobre estas coisas que o senhor está citando...

R.C. - Fizemos, também - não podemos deixar de citar - os lactários. O lactário de Cruz das Almas, que tem o nome de um grande médico paraibano que morreu moço, o dr. João Soares, é algo admirável pela sua organização Minha senhora, como presidente da Legião Brasileira de Assistência, e o secretário da Saúde, ajudaram muito. Naquele tempo, o secretário era meu irmão Janduhy, que depois foi também secretário do Interior. Quando eu deixava o governo e Samuel Duarte assumia, Janduhy passava a ser secretário do Interior e Segurança Pública, porque o secretário era quem substituíra o interventor na eventualidade de ausência.

Além disso, fizemos uma cadeia de postos de higiene. Em todo o estado, nós fizemos isso. Também criamos o Centro de Reabilitação Social da Mulher, para tirar as mulheres das penitenciárias, onde estavam em promiscuidade com os presos; colocamos sob a custódia do Asilo Bom Pastor. Essa foi uma obra que meu governo deveu à iniciativa do eminente dr. Samuel Vital Duarte, que era secretário do Interior. O Centro de Reabilitação Social - Prisão de Mulheres, não tem guardas nem soldados; tem somente um porteiro e as freiras do Asilo Bom Pastor é que orientam. Elas aprenderam a ler, pintar, aprenderam bordar e cozinhar. Hoje está lá e, indo a João Pessoa, visite esse estabelecimento.

Também havia os estabelecimentos particulares, como o Orfanato D. Ulrico, que foi construído com esmolas, numa dificuldade tremenda, pelo saudoso desembargador Heráclito Cavalcanti, que era meu adversário político, mas realizou essa grande obra. D. Ulrico era um frade alemão que veio para a Paraíba e foi um exemplo de bondade e caridade para a pobreza da nossa terra, daquela capital. O orfanato foi entregue às irmãs de Santa Catarina. Depois, o Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha, também para os

velhos - eu cuidava dos velhos e das crianças, os dois extremos -, que foi fundado pela maçonaria; estava em decadência, e meu governo tomou conta. Com auxílio de amigos do Rio de Janeiro, que não precisavam - fiz muitas amizades durante o tempo em que trabalhei no Banco do Brasil -, amigos de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Pernambuco, todos me ajudaram e eu fiz, então, o asilo. Reformei todo o orfanato e construí um asilo completamente novo.

O asilo ainda está entregue às irmãs; a parte velha ficou para um albergue noturno, para ajudar a obra do governo do estado, para facilitar esse problema, que é muito sério para o governo do estado.

Lamento não ter aqui um dos meus relatórios para dar aos queridos amigos que estão aqui me ouvindo, porque os amigos poderiam passar uma vista e ratificar.

L.H. - Mas sua memória está muito precisa, muito boa.

E.R. - O senhor, tendo sido interventor....

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

E.R. - Tendo sido interventor de um estado pobre e tendo tido de atravessar grandes dificuldades para suprir as deficiências naturais desse estado, como se davam suas relações oficiais com o governo da União?

R.C. - Fui absolutamente apoiado por Getúlio Vargas e pela grande e saudosa dama, Darci Vargas. Ela deu todo o apoio à Legião na Paraíba e me deu todo o apoio.

E.R. - O senhor não tinha dificuldades...

R.C. - Só na seca de 1942, Getúlio teve uma certa dificuldade para me apoiar, porque elementos do governo criaram essas dificuldades. Eu não desejo entrar em detalhes sobre o assunto, mas o dr. Luís Simões Lopes sabe muito bem de tudo.

L.H. - Ainda falando sobre seu governo, o senhor, quando chegou, encontrou prefeitos, etc. O senhor substituiu algum prefeito?

R.C. – Todos.

L.H. - Como se deram essas substituições?

R.C. - Normalmente, porque todos pediram demissão. Os que serviam ao interventor Argemiro Figueiredo (eminente paraibano, que, ainda hoje, está em Campina Grande. Foi senador comigo e brilhou aqui neste Senado) pediram demissão, e eu os substituí por outras pessoas, minhas amigas. Como havia dez anos que eu não tinha uma atuação direta no estado, porque vivia no Rio de Janeiro, tive muita cautela na organização do governo. Não queria ficar muito subordinado à possível política dos meus companheiros, dos meus amigos, que eram adversários de Argemiro, e não se davam com ele.

Eu levei, para secretário da Fazenda, um funcionário do Banco do Brasil, o falecido Miguel Falcão de Alves. Para meu oficial-de-gabinete, levei um mineiro, Homero de Souza e Silva, de Poços de Caldas; para secretário da Agricultura levei o dr. José Guimarães Duque, de Minas Gerais; para diretor de Obras Públicas, o dr. Cícero

Cruz, também de Minas Gerais – cheguei a ter seis mineiros no meu governo. Horta Pinto, o homem que dirigia as granjas, também era de Belo Horizonte. Levei, ainda, Gaspar de Paiva...

L.H. - Irmão de Glycon de Paiva?

R.C. - Sim; eu o nomeei diretor de Saneamento.

Levei esses mineiros todos para lá; depois, o presidente da República necessitou do dr. Guimarães Duque, que é uma grande figura, e o levou para dirigir o Serviço de Reflorestamento das Obras contra as Secas. Então, eu peguei outro mineiro, de Patos de Minas - terra do presidente Olegário Maciel -, o dr. Secondino São José, que estava chegando dos Estados Unidos; era um agrônomo muito interessante, muito inteligente.

Posteriormente, levei como comandante da Polícia, o atual General Anacleto Tavares, que é do Maranhão. Levei, para chefe de Polícia, um capitão do Rio Grande do Sul, Solon Ribeiro. Da terra mesmo, só deixei o prefeito de João Pessoa, que foi o dr. Francisco Cícero de Melo, um grande prefeito; e o secretário do Interior e Segurança Pública, que era José de Borja Peregrino, de saudosíssima memória - Francisco Cícero também já desapareceu – e quando esse Borja morreu, eu coloquei outro paraibano, o dr. Samuel Vital Duarte.

Posteriormente, à proporção que eu fui-me firmando no governo, e conhecendo com mais profundidade o problema da terra, fui liberando os estranhos e comecei a chamar paraibanos para tomar conta do governo. Por exemplo, quando eu organizei o Conselho Consultivo, coloquei João Vasconcelos, que era considerado uma das grandes figuras do comércio da Paraíba, homem muito inteligente, morava no Rio de Janeiro, mas, naquela época, morava na Paraíba.

E.R. - É meu avô.

R.C. - Sei. Ele foi o presidente do Conselho. Coloquei todos os elementos: Osias Gomes, que hoje é desembargador aposentado, uma grande figura; Severino Lucena, também de saudosa memória. Fui fazendo essas modificações...

[FINAL DA FITA 1-A]

R.C. - Fui buscar José Joffily, que foi depois deputado federal. Era um advogado, homem muito inteligente e muito capaz, que acabou de escrever um livro de crítica a esse livro *A Paraíba*, que André de Figueiredo escreveu. José Joffily estava como diretor da Penitenciária de... aquela grande penitenciária...

L.H. - De Pernambuco?

R.C. - É, de Pernambuco. Eu o levei para a Secretaria da Agricultura, que já estava entregue a um paraibano, o dr. João Virgulino, um rapaz de Esperança. Assim, fui fazendo modificações, trazendo paraibanos para dirigir o governo.

Certa vez, o professor Lindolfo Correia Lima, que foi meu professor de português no Liceu Paraibano, um homem muito culto - todo mundo tinha receio das suas críticas. Ele era pai do grande João da Mata Correia Lima - me disse: “Os paraibanos lhe querem bem, sobretudo a gente modesta, a gente pobre e humilde, mas há uma crítica feita ao seu governo, porque você trouxe muita gente de fora”. Eu respondi: “Trouxe brasileiros de vários pontos do país, para errar menos. Eu errei muito,

mas erraria muito mais, se tivesse ficado sem pessoas, no começo do meu governo, antes de estar ciente e consciente da minha responsabilidade e das minhas obrigações para com a minha gente e a minha terra. Tive de lançar mão de homens de fora, todos de valor”.

E.R. - Foi uma posição estratégica, a sua.

R.C. - Exatamente, exatamente.

L.H. - Pensando ainda na seca de 1942, ela deve ter atingido o Nordeste como um todo, não é?

R.C. - Foi uma coisa tremenda.

L.H. - Havia, por exemplo, algum contato entre o senhor e os outros interventores, de forma a fazer uma espécie de coordenação para lutar contra a seca?

R.C. - Lamentavelmente não houve, mas todos eles lutaram como eu.

L.H. - Individualmente, não é?

R.C. - Exatamente. Individualmente, junto ao presidente Getúlio. Uns tiveram melhor sorte...

L.H. - Outros não?

R.C. - Outros tiveram menos sorte, como eu, mas atravessei e saí. Sou um homem que acredita que não há dificuldade, nesse país, para não ser vencida.

Nós estamos atravessando, nesta hora, uma crise econômica sem precedentes, sobretudo por causa da questão do petróleo. O petróleo está afligindo o mundo inteiro, e eu, que sou da oposição, sou do MDB, não tenho nenhum acanhamento, nenhum constrangimento em dizer que sou amigo pessoal do presidente Ernesto Geisel, há 45 anos.

L.H. - Como se iniciou esta amizade?

R.C. - Ele foi para a Paraíba depois da Revolução de 1930, como 2º tenente, subcomandante de um agrupamento de artilharia - ele era oficial de artilharia. O 1º tenente Adauto Esmeraldo, que hoje é general - é cearense -, era o comandante do grupo, e Geisel era subcomandante. Aí, fizemos amizade e, até hoje, mantemos relações.

Eu faço parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Houve uma solenidade lá, e ele compareceu, antes de assumir o governo, nos primeiros dias de janeiro - ele assumiu em 1974.

Nessa solenidade, eu disse a ele: “Peço a Deus que o inspire e o ajude a vencer as dificuldades que o Brasil vai receber, importadas”. Não são somente as crises e as dificuldades criadas dentro do país, são importadas. E, na realidade, veio o petróleo, que está afligindo o mundo inteiro; e outros problemas.

Agora, digo sem nenhum constrangimento que, a despeito de todas as coisas de que possam acusar o governo, os homens da Revolução e tudo isso, o Brasil ainda é um país dos mais felizes do mundo.

L.H. - No final do seu governo, começaram as articulações para a formação dos partidos, visando às eleições. O senhor formou o PSD na Paraíba?

R.C. - Fundamos o Partido Social Democrático, e os meus adversários fundaram a União Democrática Nacional – UDN. Eu não podia assumir a presidência do partido, porque era interventor do estado. Assumi a presidência do partido o meu irmão Janduhy Carneiro, que era político antigo em Pombal, onde foi prefeito. Independentemente de ser meu irmão, ele tinha uma situação privilegiada, como político, feita por ele próprio, lá no interior do estado. Era médico e serviu muito àquela gente, tinha uma situação especial e uma tendência política muito interessante. Então, ele foi o presidente. Posteriormente, eu assumi a presidência e fiquei até a Revolução de 1964.

L.H. - Sim; porque ela extinguiu os partidos.

R.C. - Exatamente. Eu fiquei 20 anos como presidente do Partido Social Democrático da Paraíba.

L.H. - Como eram suas relações com os níveis mais locais do partido? Os prefeitos aderiram ao PSD?

R.C. - Nós fizemos um esforço muito grande, para fazer o maior número possível de prefeitos. Sem falsa modéstia, eu me conduzi com honestidade, dentro do governo, sem fazer violências, evitando o mais possível. Se erros foram praticados no meu governo, não foram orientados nem amparados por mim. São coisas que ocorrem, porque o governo não é um homem, é um conjunto de homens.

L.H. – É uma organização.

R.C. - Sim. O PSD era forte. Mas a UDN, onde estavam os elementos mais poderosos econômica e politicamente, era contra nós. Politicamente havia um certo equilíbrio, mas a UDN era muito forte na Paraíba.

E.R. - Qual a parte da população que apoiava seu partido? O comércio, ou as populações mais humildes?

R.C. - Não. Eram, de um modo geral, o Sertão, o Brejo e a capital. O forte do meu governo sempre foi a capital; é até hoje o meu amparo e meu apoio. E eu devo ter-me conduzido bem, porque vivia lá. Graças a Deus, a ação de minha mulher no setor de assistência social concorreu imensamente para criar boa situação para mim.

L.H. - E a campanha de Dutra, foi feita na Paraíba?

R.C. - Foi feita; fizemos a campanha dele.

L.H. - Dutra chegou a ir à Paraíba?

R.C. - Foi à Paraíba, perfeitamente. Nós tivemos as primeiras interventórias, antes que o presidente José Linhares assumisse o governo; tivemos vários amigos nos lugares, depois os perdemos; entraram pessoas da UDN. O primeiro governador da UDN, o desembargador Severino Montenegro, um eminente homem público, de saudosa memória, era desembargador do Tribunal do Estado. E foram sucedendo-se pessoas dele, até que o general Dutra assumiu o governo, e o PSD voltou a ter a interventoria.

L.H. - Então, nesse período um pouco confuso, depois da queda do presidente Vargas, a UDN tomou conta da máquina administrativa?

R.C. - Tomou conta, perfeitamente.

L.H. - Isso foi uma carga um pouco pesada para o PSD, não?

R.C. - Profundamente pesada. Mesmo assim, nós fomos para frente com coragem, e apoiados pelo povo. Porque, em política, forte é o povo, pelo menos essa é a minha concepção. Assim eu penso e assim eu prego nas praças públicas. Partido atual forte, ARENA, muito bem, mas eu, por exemplo, me elegi... A minha legenda é essa: forte é o povo. A ARENA é forte, não sei se o MDB é forte, mas forte é o povo, e nós contamos com o povo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista: 09/03/1977

L.H. - Senador, nós gostaríamos de voltar a dois momentos que, eu acho, foram muito importantes em sua vida política: o momento de sua entrada no governo da Paraíba em 1940 e o momento da sua saída. Quem estava no governo em 1940 era Argemiro Figueiredo...

R.C. - Perfeito.

L.H. - Ele pediu demissão?

R.C. - Pediu. Ele fez uma carta ao presidente, pedindo demissão do governo.

L.H. - E como o senhor foi convidado para assumir a interventoria?

R.C. - O presidente Getúlio Vargas, numa tarde de julho, se não me falha a memória, no dia 14 de julho, mandou chamar-me no palácio. Eu era secretário do presidente do Banco do Brasil, o saudoso e grande homem público que foi o dr. João Marques dos Reis, ex-ministro da Viação, ex-deputado federal, ex-presidente do Banco do Brasil, professor de Direito Civil da Faculdade da Bahia e depois, do Rio de Janeiro.

Eu fui, então, chamado pelo presidente; era uma coisa que ele costumava fazer, quando havia coisas de pequena monta, e ele não queria incomodar o presidente do Banco. Chamava-me para resolver qualquer problema que achasse interessante. Nessa oportunidade, havia uma luta muito grande de diversas pessoas do estado, cujos nomes não vale a pena lembrar, porque algumas já morreram, contra o então interventor Argemiro Figueiredo. Havia uma luta tremenda contra ele no estado. Eu mesmo era

contra ele, mas não me pronunciava, porque, certa vez, o presidente Getúlio Vargas, por quem tinha verdadeira idolatria, numa conversa que tive com ele no Palácio Guanabara, não ficou satisfeito com a minha maneira de criticar certos assuntos relacionados com a Paraíba, durante o governo de Argemiro Figueiredo, hoje meu grande amigo. Então, nunca mais falei em assuntos da Paraíba ao presidente.

Getúlio me mandou chamar e fez uma série de perguntas sobre a Paraíba. Disse-me que estava disposto a modificar a situação do estado e, como Argemiro Figueiredo lhe havia escrito uma carta pedindo demissão, ele desejava concedê-la. Perguntou o que eu achava a respeito do interventor Argemiro Figueiredo. Dei o meu ponto de vista, declarando mesmo que, se eu fizesse acusações de desonestidade, coisas graves da conduta do dirigente dos destinos da minha terra, ao presidente da República, eu só poderia fazer se tivesse a certeza do que estava afirmando, e não podia fazê-lo. Havia apenas certos assuntos que Argemiro Figueiredo conduzia de uma maneira com a qual eu não estava de acordo. Essa foi minha resposta ao presidente. Ele perguntou: “Tu poderias dar-me alguns nomes para essa substituição?” Eu disse: “Vossa Excelência deseja brasileiros civis, militares ou paraibanos?” Ele respondeu: “Para a Paraíba, quero um paraibano e civil”.

Eu não queria mais intrometer-me nos assuntos, depois que eu vi que o presidente Getúlio Vargas não gostou de uma manifestação que fiz a ele sobre determinado problema. Assim, pedi uns dias para que pudesse levar alguns nomes. Ele disse: “Perfeitamente. Andrade de Queirós o chamará na oportunidade”; o saudoso Andrade de Queirós, que era oficial-de-gabinete dele. Eu me recordo bem da frase que Getúlio disse: “Sei a quem estou confiando meu segredo; esse segredo não é teu, é meu”. E levei, ninguém soube, dez nomes para ele.

L.H. - O senhor se recordaria de alguns desses nomes?

R.C. - Dr. Orlando Vilela, ilustre paraibano que foi chefe-de-gabinete do ministro Osvaldo Aranha e também do ministro Souza Costa...

.....
[INTERRUPÇÃO DE FITA]

.....
R.C. - O dr. Virgílio Veloso Borges; o dr. João Gonçalves de Medeiros, que era um
.....
ilustre médico de crianças lá da Paraíba; o desembargador Brás Baracuí, que era
.....
também uma figura ilustre, já desaparecido; o ministro Alcides Carneiro, meu primo,
.....
uma figura extraordinária, um homem notável; o dr. Samuel Duarte, que tinha sido
.....
deputado federal. Eu dei dez nomes, mas cito apenas estes, pois são os de que me
.....
recordo. Ele pegou o papel e examinou os nomes, perguntando quem era, como era,
.....
onde tinha atuação; alguns ele não conhecia, eram da província. Disse: “Muito bem;
.....
continua tudo em segredo. Depois te mandarei chamar”.

.....
No dia 14 de julho, ele voltou a chamar-me; eu fui em companhia de um velho
.....
amigo meu, o Dr. Valter Moreira Sales, que era muito ligado a mim naquela época. Ele
.....
ficou na ante-sala, mas não soube de nada, porque eu não toquei no assunto, nem ele,
.....
mineiro muito cuidadoso, me perguntou; porque o assunto era do presidente, não era
.....
meu. Getúlio me disse: “Examinei bem os nomes e resolvi te mandar”. Perguntei: “A
.....
mim, presidente? Eu não tenho condições de aceitar o governo da Paraíba, porque os
.....
paraibanos são muito exigentes, sobretudo depois do governo de João Pessoa, e eu
.....
nunca exerci um cargo na administração. Vou criar problemas para o senhor, vou
.....
fracassar perante o meu povo”. Ele insistiu: “Mas tu já foste deputado federal”. Eu
.....
respondi: “Mas deputado federal não é um administrador. Na Paraíba, tem de ser um

.....
administrador, sobretudo na hora presente. Vou criar um constrangimento para o senhor
.....
e para o dr. Marques dos Reis, a quem estou servindo no Banco do Brasil como
.....
secretário”. Ele não aceitou minha recusa, mas eu pedi que ele ouvisse o dr. Marques
.....
dos Reis, porque sabia que ele não desejava que eu deixasse o Banco do Brasil. Não
.....
porque eu fosse uma figura indispensável – não existe ninguém indispensável - mas
.....
porque eu o servia com a dedicação de um filho, já o havia servido no Ministério da
.....
Viação, e ele estava muito habituado. A esposa dele, dona Adelaide, tinha desaparecido,
.....
e ele estava muito amargurado naquele momento.

.....
Marques dos Reis foi realmente conversar com Getúlio, mas sentiu que ele
.....
estava determinado. Foi assim que eu fui nomeado, no dia 29 de julho de 1940. O
.....
saudosos ministro da Justiça, o mineiro Francisco Campos, foi quem me deu posse. No
.....
dia 14 de agosto, eu fui para a Paraíba para assumir o governo, deveria assumir no dia
.....
15, mas eu ia num avião que pertencia ao ministro Eurico Dutra, que era ministro da
.....
Guerra; o avião teve qualquer embaraço técnico e os aviadores desistiram. Aí chegou
.....
um avião da Paraíba, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas e me pegou
.....
em Maceió, onde eu tinha pernoitado. Acompanhavam-me nessa ida para o governo, o
.....
dr. Valter Moreira Sales, Basileu da Costa Gomes, um dos meus maiores e fraternais
.....
amigos, hoje um empresário, que mora no Rio de Janeiro - ele foi sócio de Valter
.....
Moreira Sales em Capuava, aquela refinaria de petróleo - e José Vieira Machado que era
.....
gerente do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, depois de ter sido secretário das Finanças
.....
do governo do Espírito Santo antes da Revolução. Eles foram para ajudar-me na
.....
organização do governo, sobretudo na pasta da Fazenda.

.....
E.R. - Por que o senhor deixou o governo dois meses antes da deposição de Getúlio?

.....
R.C. - Eu pedi demissão porque o Partido Social Democrático, contra a minha
.....
expectativa, exigia que eu fosse o candidato a governador; para isso era necessária a
.....
desincompatibilização. Vim ao Rio de Janeiro e pedi demissão ao presidente Getúlio
.....
Vargas; ele aceitou. Eu indiquei para substituir-me o dr. Samuel Vital Duarte, que era o
.....
meu secretário do Interior e Segurança Pública e meu substituto eventual no governo.

L.H. - O senhor foi eleito senador pelo PSD em 1950.

R.C. - Exatamente.

L.H. - Durante o seu mandato, ocorreu a segunda ida do ministro José Américo para o
Ministério da Viação...

R.C. - Eu vou esclarecer essa parte. Fui indicado pelo Partido Social Democrático para
ser senador em 1945, depois da Constituinte, quando aumentaram mais um senador.
Para a Constituinte eu não aceitei, porque já tinham sido escolhidos os candidatos. Mas
quando surgiu mais uma vaga, o PSD logo pleiteou a minha indicação. Eu havia
declarado que, se o ministro José Américo desejasse ser candidato, eu não competiria
com ele. No dia 21 de agosto de 1945, o jornalista Vítor do Espírito Santo, meu velho
amigo, encontrou-me num restaurante com Basileu Gomes, Dantas Lima e Emílio
Alcoforado, e me interpelou se era verdade que, se o ministro José Américo se
candidatasse, eu não seria candidato contra ele. Eu respondi: “Perfeitamente; o meu
partido poderá indicar um nome para combatê-lo. Eu, porém, não serei candidato contra
ele, acho que ele deve ser candidato único na Paraíba”. Realmente o foi.

Em 1950, o Partido Social Democrático desejava que eu fosse candidato a governador. O ministro José Américo e eu tínhamos um amigo em comum, Adalgiso Olinto. Ele foi ao Banco Lar Brasileiro, que eu tinha passado a dirigir, desde que deixei a Organização Henrique Lage. Luís Correa e Castro tinha sido convidado pelo general Dutra para ser ministro da Fazenda, e eu fui então dirigir o Banco Lar Brasileiro. Adalgiso Olinto foi ao meu gabinete e disse que o ministro José Américo teria grande desejo de ser governador do estado. Eu disse: “Se ele realmente tem esse desejo, eu abrirei mão com muito prazer, para que ele seja o candidato; não serei candidato contra ele”. Eu pensei que ele só queria ser presidente da República. Eu tinha o Partido Social Democrático, e as coligações só podiam ser por dois partidos; o ministro era dissidente dentro da UDN, e eu tinha o meu partido na mão, porque era presidente do diretório estadual e membro nato do diretório nacional do partido. O ministro conseguiu a legenda do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, e nós fizemos a Coligação Democrática Paraibana.

L.H. - Então é por isso que José Américo, embora sendo da UDN, se candidata pelo PSD?

R.C. - Não foi exatamente pelo PSD. Ele se candidatou pela Coligação Democrática Paraibana, composta pelo Partido Libertador e pelo Partido Social Democrático. Fizemos uma grande campanha; ele se elegeu governador, e eu fui eleito senador, todos os dois muito bem eleitos.

E.R. - Senador, nós temos uma dúvida. Quando José Américo foi chamado para o Ministério da Viação pela segunda vez, algumas pessoas dizem que foi o senhor quem sugeriu seu nome ou que foi, pelo menos, portador da carta-convite.

R.C. - Não; eu não levei nenhuma carta. Eu tinha ido a São Paulo; quando cheguei, o presidente Getúlio estava em Petrópolis e me mandou chamar. Ele me declarou que ia fazer uma modificação no seu ministério, e realizar obras no Nordeste; para essas obras, desejava que o governador José Américo fosse o ministro da Viação. Mas disse que não iria fazer essa remodelação imediatamente e, por isso, pedia sigilo sobre o convite.

Eu realmente fui à Paraíba e guardei o mais absoluto segredo, porque todos os jornais perguntavam; João Pessoa é uma cidade pequena, e o assunto transpirou, mas eu mantive o que o presidente Getúlio dizia: “Sei a quem estou confiando meu segredo”. Eu dizia a todos: “O assunto do meu entendimento com o governador José Américo se relaciona com as obras contra as secas”. O presidente tinha situado o problema, dizendo: “Quero o ministro José Américo na pasta da Viação, precisamente porque preciso realizar umas obras especiais no Nordeste”. Eu fui o intermediário.

Quando se aproximou a hora de José Américo vir, eu fui novamente à Paraíba e comuniquei a ele que estava na hora, e o presidente ia fazer a nomeação. Voltei e passei dois dias acuado pelos jornalistas; eu disse ao presidente: “Eu guardo seu segredo, mas não tenho mais condições de fazê-lo, porque não tenho mais sossego com o pessoal da imprensa e não quero incompatibilizar-me com eles”. Ele disse: “Pode dizer”; aí eu revelei o que tinha acontecido, sem dar os detalhes.

L.H. - O senhor tem sido eleito senador desde 1950 e deve ter observado as relações entre o Executivo e o Congresso durante todo esse tempo. Sendo um homem do PSD, no poder até 1960, como viu a vitória de Jânio Quadros?

R.C. - Eu não posso entrar em muitos detalhes sobre esse problema, mas tenho a impressão de que a eleição do Jânio Quadros foi como a eleição do presidente Getúlio, quer dizer, o povo quis fazer. Quando um povo quer fazer um candidato, é muito difícil contê-lo, porque o forte é o povo, não tenha dúvida nenhuma. Agora, o candidato contrário a ele era o meu eminente amigo, o general Lott. Tenho a impressão de que o general Lott era um homem que não estava, talvez, muito desejoso de... Não sei bem, não posso julgar porque não entrei muito nessa luta, apenas trabalhei por ele e votei nele na Paraíba. Ali era preciso, para enfrentar Jânio Quadros, um candidato civil e político, e com uma situação especial como ele tinha na massa. Era preciso que fosse uma figura como o presidente Getúlio Vargas, por quem a massa tinha idolatria, ou um político como foi também o presidente Juscelino Kubitschek. Jânio era um candidato difícil de derrotar, pela maneira pela qual ele foi preparado. Havia uma disposição, uma determinação do povo de fazê-lo presidente; isso foi o que eu senti como político.

L.H. – O senhor acha que a palavra do general Lott não sensibilizava muito a população?

R.C. - Não digo que não sensibilizava; acredito que o general Lott era um homem que não estava muito empolgado; talvez por isso ficava difícil para ele, que não estava muito empolgado pelo desejo de ser presidente, pelo poder, e tampouco tinha essa condição especial para contagiar a opinião pública, sobretudo a massa. Essa é minha

opinião; parece-me que as coisas não foram bem encaminhadas. Jânio é um homem que estava preparando a sua vitória de uma maneira que tinha sensibilizado a massa brasileira.

L.H. - Durante o governo Jânio Quadros, as relações entre Legislativo e Executivo não foram muito boas. Parece que Jânio não dava muita atenção ao Congresso, não enviava mensagens...

R.C. - Na realidade, eu era contra ele, por ser do Partido Social Democrático; eu era da oposição. Não havia muita afinidade, mas ele tinha um homem como Pedroso Horta, que era ministro da Justiça, uma figura notável. A pergunta é absolutamente razoável. Eu, por exemplo, fui ao Palácio do Planalto uma vez, durante seu governo, porque o governo americano convidou a Comissão de Obras contra a Secas a fazer uma visita aos Estados Unidos. Essa comissão era chefiada pelo senador Reginaldo Fernandes, um médico do Rio Grande; ele era da UDN. Todos os membros eram homens do Nordeste. Fausto Cabral, do Ceará, pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro; eu sou da Paraíba; Jorge Mainar, de Sergipe, era do Partido Social Progressista - o partido de Ademar de Barros; e o dr. Francisco Gallotti que, sendo do PSD de Santa Catarina, nos dava assessoria, porque tinha sido inspetor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

Quando voltamos dos Estados Unidos, Reginaldo sugeriu ao governo brasileiro que mandasse um representante aos Estados Unidos para se entender com o governo americano, possivelmente para haver uma espécie de colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil.

A comissão foi convidada a ir ao Palácio do Planalto; fomos todos, com exceção de Francisco Galotti, que não quis ir. Jânio Quadros nos recebeu muito bem, de maneira muito agradável, porque a comissão era composta de homens de vários partidos. Ele nos recebeu muito delicadamente, num sistema muito especial dele; vestia uma blusa igual à do ditador do Egito, o coronel Nasser. Foi à máquina e bateu uma nota na nossa presença, ele mesmo, o presidente da República. Essas coisas do temperamento dele. Mas eu só fui lá uma vez.

L.H. - É estranho que o senhor, um político experimentado, só tenha visitado o palácio uma vez, não?

R.C. - Eu não tinha condições de ir lá fazer qualquer solicitação em benefício da Paraíba, porque havia também os outros representantes da Paraíba que eram correligionários dele. Por isso, eu pedi licença, e o meu segundo suplente assumiu; quando ele renunciou, quem estava no exercício era o meu suplente. Meu primeiro suplente era Abelardo Jurema, e meu segundo suplente era o dr. Antônio Pereira Diniz que foi procurador da República, deputado federal, uma grande figura. Quando Jânio renunciou, era ele quem estava exercendo o mandato. Jânio até fez uma delicadeza comigo, porque me nomeou delegado do Brasil na ONU. Naquela época, o governo escolhia um homem da oposição e um do governo, um da câmara e um do Senado, para delegados. Ele escolheu a mim e a João Cleofas; quando Jango assumiu o governo, manteve os nossos nomes.

[FINAL DA FITA 1-B]

L.H. - A partir de sua grande experiência da vida política brasileira, como o senhor viu a renúncia de Jânio?

R.C. - Eu estava no Rio de Janeiro e ouvi a notícia pelo rádio. Ele me havia nomeado na véspera. O ministro San Thiago Dantas historiou a mim e Benedito Valadares, no Hotel Nacional de Brasília, como foi a minha escolha. Eu gostaria que soubessem que não fui eu que pedi, que Benedito Valadares, que era do PSD, soubesse que eu não tinha tido interferência nenhuma na escolha. San Thiago disse a Benedito Valadares que Jânio tinha pedido nomes para escolher dois candidatos para mandar para a ONU, e disse a San Thiago: “Do governo, escolho o deputado João Cleofas, de Pernambuco, e da Oposição, o senador Rui Carneiro, da Paraíba, de quem tenho uma boa impressão”. San Thiago Dantas explicou que eu estava de licença; não sabia se eu aceitaria. Ele disse: “Não faz mal; farei a nomeação”.

Posteriormente, eu recebi uma carta, assinada por Quintanilha Ribeiro, dizendo: “Se o senhor não aceitar, eu indicarei outro nome, mas agora, vou indicar seu nome”. Quer dizer, eu me sensibilizei com essa conduta, porque só tive um contato com ele.

O que eu soube, apenas através de informação, foi que ele havia declarado aos ministros militares que não poderia governar com esse Congresso, mas o Congresso, na realidade, não lhe criava dificuldades. Não sei qual era o pensamento dele, porque isso foi o que eu ouvi dizer, que ele não podia governar com aquele Congresso e, por isso, ia renunciar. Não sei quais as razões por que ele renunciou, mas o Congresso não lhe criou a menor dificuldade, ao contrário, ele era um verdadeiro ditador. Tenho grande admiração pelo talento de Jânio, e por esse gesto de bondade que ele teve para comigo, sem me conhecer, sendo eu da oposição. Ele tinha uma força imensa e todo o Brasil sabe disso. Daí, ficaram realmente estranhos os motivos que determinaram sua renúncia.

L.H. - É uma coisa que ainda está por ser explicada.

R.C. - Sim; e só as pessoas ligadas ao governo dele e, sobretudo, a ele, pessoalmente, poderão dizer se tiveram conhecimento do seu pensamento. Talvez ele próprio venha a dizer qual a razão. Eu digo apenas o que eu ouvi dizer na época.

E.R. - Já que estamos falando sobre partidos políticos, eu queria saber o seguinte: como José Américo, tendo sido presidente nacional da UDN, teve de ser candidato a governador por uma coligação?

R.C. - Fica difícil para mim, explicar essa conduta do ministro para com o partido dele, naquela época. Deve ter havido algo dentro da UDN; talvez ela tivesse compromisso com alguém; realmente, Argemiro Figueiredo foi o candidato contra ele. Talvez a UDN já tivesse esse candidato ou então houvesse qualquer mal entendido, qualquer divergência entre o grande paraibano, grande brasileiro que é o ministro José Américo e seu partido. Sei que ele obteve a legenda do Partido Libertador do Rio Grande do Sul.

E.R. - E Argemiro já tinha compromisso com a UDN?

R.C. - Eu penso que sim, tanto assim que foi o candidato.

E.R. - E eles concorreram, Argemiro pela UDN e José Américo pela coligação.

R.C. - Exato; José Américo concorreu pela Coligação Democrática Paraibana.

L.H. - Ainda pensando nessa questão de partidos, Congresso, oposição, etc., como é que o senhor se vê? O senhor foi um homem do PSD, um partido que viveu sempre no poder ou próximo dele. Como o senhor se vê hoje, na oposição?

R.C. - Quando houve a destruição dos partidos, no governo do saudoso marechal Castelo Branco, eu não poderia pertencer à ARENA; o meu partido teria que ser um Partido que se assemelhasse... Muitos elementos do PSD foram fazer parte da ARENA, mas grande parte ficou no MDB, como eu, por exemplo. Eu não poderia pertencer à ARENA, por maior que fosse a minha consideração pelo presidente Castelo Branco. Ele deu ordens a Luís Viana Filho, que era seu chefe da Casa Civil, para resolver os assuntos da Paraíba, ouvindo o senador João Agripino, mas também o senador Rui Carneiro. Quer dizer, ele me distinguia dessa maneira, era uma simpatia pessoal que ele tinha por mim. Eu não sei explicar bem; gostava muito dele, fizemos amizade quando ele era major, e me foi apresentado por um cearense muito meu amigo, o falecido Jairo de Albuquerque Lima. Jairo era irmão do general Afonso de Albuquerque Lima; era um major de Artilharia e muito amigo de Castelo Branco. Eu sempre cultivo as minhas amizades com muito carinho, com muito respeito, e Castelo me distinguia muito.

Quando houve a formação dos novos partidos, ele fazia questão de que eu fosse para a ARENA, e Filinto Müller, um dos meus maiores amigos, que era o presidente da ARENA, disse a ele: “Castelo, tenha paciência, mas Rui Carneiro é um chefe político e, na Paraíba, ele não se pode submeter à chefia dos atuais dirigentes da ARENA. Tenha paciência, mas ele terá que ficar no MDB”. E eu fiquei no MDB. Conduzo-me muito bem, porque não vou incomodar o governo. Sou amigo, por exemplo, do presidente Geisel, visito-o...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.H. - Nós estávamos falando sobre sua posição dentro do MDB.

R.C. - É; eu me conduzo bem e compreendo perfeitamente a minha condição de opositorista. Sou amigo pessoal, há 45 anos do presidente Geisel, visito-o quando há uma necessidade, conversamos como bons e velhos amigos. Mas só procuro as autoridades quando há um interesse vital da Paraíba. Vou sem nenhum constrangimento, porque sou um representante do povo paraibano, que me mandou para esta casa em 1950, 1958, 1966 e 1974. Tenho autoridade e me conduzo com toda cautela.

Não tenho paixões; não vou para a tribuna, por exemplo, para assacar acusações contra o governo. De um modo geral, o meu sistema é sempre o seguinte: reclamo providências por parte do governo, sobre interesses do meu estado. Defendo a Paraíba, porque tenho por ela uma verdadeira idolatria, e a defesa que eu faço, é sempre compreendida. Acompanho o meu partido, acompanho a minha bancada, compareço às reuniões, mas não sou nem de direita nem de esquerda, sou um homem de centro; sem ser reacionário, sou um homem de centro. Esta é a minha posição, e assim vou-me conduzindo.

L.H. - Ainda como um membro do Congresso com bastante experiência política, como o senhor viu aquele episódio de dezembro de 1968: o processo do deputado Márcio Moreira Alves, o AI-5 e o fechamento do Congresso?

R.C. - Realmente, eu me encontrava aqui em Brasília. Estava numa comissão em que o relator da matéria era o senador Josafá Marinho, da Bahia, quando se processava na Câmara o movimento relacionado com Márcio Moreira Alves. Eu confesso que não dei opinião, mas achei que as autoridades iriam ficar bastante chocadas, sobretudo os militares, com os termos do discurso. Não quero entrar em detalhes, mas não tive nenhuma dúvida de que iria haver uma medida violenta contra o Congresso. Realmente houve. Costa e Silva, com quem eu não tive muita aproximação, era um homem que desejava a volta da democracia no seu todo, completa. Mas as coisas tomaram aquele rumo, e até hoje estamos lutando, sem saber como nós vamos encontrar uma solução. Acredito que possamos encontrar um meio e tenho a melhor impressão das intenções que animam o presidente Ernesto Geisel a encontrar uma solução feliz entre o sistema e os políticos. Estamos atravessando um ano difícil, 1977 será um ano difícil; difícil por causa da situação econômica, difícil pelos problemas que estão surgindo agora com os Estados Unidos.

E.R. - Questões diplomáticas.

R.C. - Pois é. Tudo isso são coisas que nos inquietam, mas tenho confiança na estrela que o Brasil possui, um país imenso. Nós encontraremos meios de sair dessas dificuldades em que nos encontramos, quer dizer, em que se encontra a classe política. Tudo isso aflige, e o povo está em dificuldade, porque a carestia de vida é tremenda; eu não sei como poderá, qual é a modalidade. A questão do petróleo é tremenda; esse aumento alucinado do petróleo foi uma desgraça, mas confesso que tenho as minhas esperanças de que sairemos, encontraremos uma fórmula de o país voltar a um estado de

Direito, de a calma e a paz reinarem entre todos nós, sobretudo entre o Congresso e o Governo.

L.H. - Indiscutivelmente, os políticos perderam um pouco de poder para os tecnocratas...

R.C. - Bastante.

L.H. - O senhor acha que uma solução seria a recuperação desse poder pela classe política?

R.C. – Perfeito.

L.H. - A classe política poderia recobrar...?

R.C. - Poderia, não; a classe política pode. Os técnicos devem ser utilizados, porque têm sua especialidade, mas é indispensável a presença dos políticos no setor administrativo.

E.R. - Os políticos têm a representatividade do povo.

R.C. – Absoluta, absoluta. Foi o povo quem os mandou para o Congresso, para as Assembléias, para as Câmaras Municipais. Somos nós os políticos, desde os mais modestos até os mais altos, que são os deputados e os senadores.

L.H. - Como o senhor definiria o político?

R.C. - Eu defino o político como um homem que tem sensibilidade, conhecimentos generalizados, profundamente humano. Os políticos são as figuras ideais para governar. Naturalmente, há as exceções, porque em tudo há a regra e a exceção; mas, na regra, o político é que é o ideal. Vamos examinar os diferentes países e ver que não são os técnicos que estão dirigindo; quem está dirigindo são os políticos, assessorados pelos técnicos. Está é a minha opinião.

[FINAL DA ENTREVISTA]

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

AGRIPINO FILHO, João – 42
ALCOFORADO, Emílio –35
ALMEIDA, José Américo de – 3, 4, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 34, 35, 36, 41, 42,
ALVES, Márcio Moreira –44
ALVES, Miguel Falcão de –23
ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de – 3
ANTÔNIO Carlos – *ver* ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de
ARANHA, Osvaldo Euclides de Souza –14, 32

B

BARACUÍ, Brás (desembargador) –32
BARROS, Ademar Pereira de –38
BONFIM, Pedro Coalheiros –18
BORGES, Virgílio Veloso –32

C

CABRAL, Fausto Augusto Borges –38
CAMPOS, Francisco –33
CAMPOS, Lima –10
CARNEIRO (família) –7
CARNEIRO, Alcides Vieira – 8, 32
CARNEIRO, Alice de Almeida – 3, 11, 16, 19
CARNEIRO, Daniel –6
CARNEIRO, Dulce –5
CARNEIRO, Enéas –6
CARNEIRO, Jaime –4
CARNEIRO, João Vieira –4
CARNEIRO, José Janduí –4, 8, 20
CARNEIRO, José Vieira –6
CARNEIRO, Maria Alexandrina –6
CARNEIRO, Maria Carvalho – 4
CARNEIRO, Vicente Vieira – 8
CARRILHO, Heitor –19
CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar –42
CASTRO, José Fernandes Leite de –14
CASTRO, Luís Correa e –35
CAVALCANTI, Heráclito – 21
CLEOFAS de Oliveira, João –40
COSTA, Artur de Sousa –32
CRUZ, Cícero –23

D

DANTAS, Francisco Clementino San Thiago –40
DANTAS, João – 9
DINIZ, Antônio Pereira –39
DUARTE, Samuel Vital – 16, 20, 24, 32, 34
DUQUE, José Guimarães –23
DUTRA, Eurico Gaspar – 29, 33, 35

E

ESMERALDO, Adauto –26
ESPÍRITO SANTO, Vítor do –35

F

FIGUEIREDO, André de – 24
FIGUEIREDO, Argemiro de – 15, 22, 23, 30, 31, 41, 42

G

GALLOTTI, Francisco Benjamin – 38, 39
GAMBARRA, Genésio – 5
GEISEL, Ernesto – 26, 43, 44
GOMES, Basileu da Costa – 33, 35
GOMES, Isidro – 8
GOMES, Osias – 24
GOULART, João Belchior Marques – 40

H

HORTA, Oscar Pedroso –38

J

JANGO - *ver* GOULART, João Belchior Marques
JOFFILY Bezerra de Melo, José – 24
JOST, Nestor – 13
JUREMA, Abelardo de Araújo – 19, 39

K

KUBITSCHKE de Oliveira, Juscelino – 37

L

LEAL, Antônio Simeão dos Santos – 7
LIMA, Afonso de Albuquerque – 42
LIMA, Dantas – 35
LIMA, Jairo de Albuquerque – 42
LIMA, João da Mata Correia – 5, 9, 25
LIMA, Lindolfo Correia – 25
LINHARES, José – 29
LINS, Arsênio – 5
LISBOA, João Coelho - 7
LOPES, Luís Simões – 14, 19, 22
LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström – 18, 19
LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira – 37, 38
LUCENA, Severino – 24
LUZARDO, João Batista – 14

M

MACHADO, José Vieira – 34
MACIEL, Olegário Dias – 23
MAGALHÃES, Juraci Montenegro – 7, 9, 10
MAINAR, Jorge – 38
MARINHO, Josafá Ramos – 44
MEDEIROS, João Gonçalves de – 32
MELO, Francisco Cícero de – 23
MONTENEGRO, Severino Peregrino de Albuquerque – 29
MULLER, Filinto – 42

N

NASSER, Gamal Abdel – 39
NAVARRO, Antenor da França – 10, 14
NAVARRO, Mirocem da França – 10
NELSON, Gustavo – 10

O

OLINTO, Adalgiso – 35
OLIVEIRA, Rafael Correia de – 5
OLIVEIRA, Reginaldo Fernandes de – 38, 39

P

PAIVA Teixeira, Gaspar de – 23
PAIVA Teixeira, Glycon de – 23
PEREGRINO, José de Borja – 16, 23, 24
PESSOA, Eptácio da Silva – 4, 13
PESSOA Cavalcanti de Albuquerque, João – 7, 17, 33
PINTO, Horta – 23
PIRAGIBE, Aderbal – 5

Q

QUADROS, Jânio da Silva – 37, 38, 39, 40, 41
QUEIRÓS, Andrade de – 32

R

RAPOSO, Eduardo Vasconcelos – 12
REIS, Adelaide Marques dos – 33
REIS, João Marques dos – 8, 13, 30
RIBEIRO, Francisco de Paula Quintanilha – 40
RIBEIRO, Sólon – 23
ROXO, Henrique – 4

S

SALES, Valter Moreira – 32, 33
SÃO JOSÉ, Secondino – 23
SILVA, Artur da Costa e - 44
SILVA, Homero de Souza e – 23
SOARES, João – 20

T

TAVARES, Anacleto – 23
TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes – 7, 9

U

ULRICO (dom) – 21

V

VALADARES Ribeiro, Benedito – 40
VARGAS, Darci Sarmanho – 22

VARGAS, Getúlio Dorneles – 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37
VASCONCELOS, João de Sousa – 24
VASCONCELOS, José Tomás da Cunha – 5
VIANA FILHO, Luís – 42
VIDIGAL, Gastão da Costa Carvalho – 12
VIEIRA, Luís Augusto – 18
VILELA, Orlando Bandeira – 32
VIRGULINO, João – 25

